

SUMÁRIO

PARTE I O CARGO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL: PROCURADOR DA REPÚBLICA, MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI E ANDREY BORGES DE MENDONÇA

CAPÍTULO I – O CARGO E A CARREIRA DE PROCURADOR DA REPÚBLICA.....	55
1. O CARGO E A CARREIRA: CONFIGURAÇÃO ATUAL.....	55
2. BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO CARGO E DA CARREIRA	57
3. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DA CARREIRA. AS GARANTIAS INSTITUCIONAIS E FUNCIONAIS E AS VEDAÇÕES.....	63
3.1. Princípios Institucionais	65
3.1.1. Princípio da unidade e atuação dos membros do MP Estadual perante os Tribunais Superiores	70
3.2. As garantias institucionais: autonomia funcional, administrativa e orçamentária.....	72
3.2.1. Designação do Procurador-Geral. Limitações à nomeação e destituição	74
3.2.2. Ingresso por concurso público. Vedação ao Procurador da República “ad hoc”	77
3.3. Garantias e vedações de seus membros.....	78
3.3.1. Garantias	79
3.3.1.1. Princípio do Procurador Natural. Possibilidade de designações	82
3.3.1.2. Foro por prerrogativa de função.....	86
3.3.2. Vedações.....	86
4. AS PRERROGATIVAS DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.....	93
4.1. As prerrogativas institucionais.....	93
4.2. As prerrogativas processuais.....	95
CAPÍTULO II – LEI DE REGÊNCIA DA CARREIRA E ESTRUTURA INSTITUCIONAL	101
1. VISÃO GERAL DA LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO – LC 75/93.....	101
1.1. Das disposições gerais a todos os ramos do MPU.....	102
1.2. Das disposições estatutárias especiais.....	104
1.2.1. Dos direitos	104
1.2.2. Dos deveres e do regime disciplinar	106

2.	ESTRUTURA ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.....	108
2.1.	Visão geral dos órgãos do Ministério Público Federal.....	108
2.2.	Dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público Federal	111
2.2.1.	PGR.....	111
2.2.1.1.	Atividades-fim.....	112
2.2.1.2.	Atividades administrativas.....	113
2.2.1.3.	Assessorias e Secretarias. Estrutura do Gabinete do PGR.....	114
2.2.2.	Colégio de Procuradores da República.....	115
2.2.3.	Conselho Superior do Ministério Público Federal.....	116
2.2.4.	Corregedoria do Ministério Público Federal.....	117
2.2.5.	Câmaras de Coordenação e Revisão (CCR) do Ministério Público Federal. Nova Regulamentação.....	119
2.2.6.	Conselho Institucional.....	124
2.2.7.	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.....	125

CAPÍTULO III - O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO CONTEXTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO..... 129

1.	O SALTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E OS DESAFIOS DELE RESULTANTES.....	129
1.1.	As novas funções.....	129
1.2.	O contexto sociopolítico da CF/88 e as causas do salto institucional...	130
1.3.	O contexto jurídico do movimento do acesso à justiça e o protagonismo do Ministério Público.....	132
1.4.	As responsabilidades decorrentes do salto institucional.....	133
2.	ORGANIZAÇÃO CONSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO E A INSERÇÃO CONTEXTUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.....	134
2.1.	Visão geral da organização do Ministério Público brasileiro.....	134
2.1.1.	A simetria com o Poder Judiciário.....	135
2.1.2.	O Ministério Público e a estrutura federativa.....	136
2.2.	Do Ministério Público da União e do Ministério Público Federal.....	136
2.2.1.	O Ministério Público junto ao TCU não integra o MPU.....	138
2.3.	Do Conselho Nacional do Ministério Público.....	138
2.3.1.	Composição e natureza.....	138
2.3.2.	Competência.....	139
2.3.2.1.	A importância da distinção entre a atuação administrativa e funcional para o controle exercido pelo CNMP.....	139

2.3.2.2.	A competência normativa do CNMP e a sua compatibilização com as normas do CSMPF	140
2.3.2.3.	O CNMP e a fiscalização da atuação dos membros. A Corregedoria	143
2.3.3.	Do funcionamento do CNMP e das Ouvidorias	143
3.	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI: UMA INSTITUIÇÃO COM MENTALIDADE RENOVADA E VISÃO ESTRATÉGICA	145
3.1.	A necessidade de uma mentalidade institucional plenamente conformada ao modelo dado pela CF/88	145
3.2.	Os principais desafios à revisão de mentalidade	147
3.3.	O compromisso com o resultado social, a transparência, o planejamento e a inadiável eleição de prioridades sob uma perspectiva de seletividade	149
3.4.	Avanços já alcançados pelo Ministério Público Federal	151
3.5.	O planejamento estratégico	153
4.	QUESTÕES DE CONCURSOS	156

PARTE II A ATUAÇÃO CRIMINAL

Andre Y BORGES DE MENDONÇA

CAPÍTULO I - DA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO PROCURADOR DA REPÚBLICA.....	163
1. INTRODUÇÃO - FINALIDADE DO PROCESSO PENAL.....	163
2. AS PRINCIPAIS FUNÇÕES NA ÁREA CRIMINAL.....	164
2.1. Titular exclusivo da ação penal pública. Sistema acusatório	164
2.1.1. Representação da autoridade policial e legitimidade do Ministério Público.....	168
2.2. Investigação pelo Ministério Público.....	171
2.3. Controle externo da atividade policial.....	178
3. A ATUAÇÃO DO MP NA FASE INVESTIGATIVA	184
3.1. Arquivamento das peças informativas.....	184
3.2. Oferecimento imediato de denúncia.....	185
3.3. Declínio de atribuições	185
3.3.1. Conflito de atribuições	186
3.4. Requisitar instauração de inquérito policial.....	188
3.5. Instaurar Procedimento Investigatório Criminal (PIC). Disciplina e regulamentação do PIC.....	190
3.5.1. Instauração do PIC.....	191
3.5.2. Realização de Diligências. Prazo	194

3.5.2.1.	SPPEA.....	200
3.5.3.	Publicidade. Hipóteses de decretação do sigilo	201
3.5.3.1.	Atendimento a advogados e investigados.....	204
3.5.4.	Da conclusão e do arquivamento do PIC	205
4.	DO INQUÉRITO POLICIAL.....	211
4.1.	Conceito e finalidade do inquérito policial	211
4.2.	Atribuições da Polícia Federal. Exclusividade e inquéritos extrapoliciais.....	212
4.3.	Função do Juiz Federal no Inquérito Policial. Juiz de garantias	214
4.4.	Natureza jurídica e características do inquérito policial.....	215
4.4.1.	Características do inquérito policial	216
4.4.1.1.	Escrito e inquisitivo	216
4.4.1.2.	Procedimento sigiloso.....	218
4.4.1.3.	Dispensável.....	223
4.4.1.4.	Indisponibilidade do inquérito e a investigação preliminar	223
4.5.	Instauração do Inquérito: fundamento e forma	228
4.5.1.	Formas de instauração de inquérito policial	229
4.5.1.1.	De ofício.....	229
4.5.1.2.	Requisição do juiz	230
4.5.1.3.	Requisição do Ministério Público.....	230
4.5.1.3.1.	Requisição do Ministério Público e autoridade coatora em caso de HC.....	232
4.5.1.3.2.	Prazo para instauração do inquérito policial em caso de requisição do MP.....	232
4.5.1.4.	Requerimento da vítima	233
4.5.1.4.1.	Indeferimento da representação da vítima	233
4.5.1.5.	Requisição do Ministro da Justiça.....	234
4.5.1.6.	Representação de qualquer do povo	234
4.5.1.6.1.	Notícia anônima.....	235
4.5.1.7.	Auto de Prisão em flagrante	239
4.6.	Procedimento	239
4.6.1.	Diligências pelo MP no inquérito?.....	248
4.6.2.	Investigações no exterior. Interpol	251
4.7.	Atuação do Ministério Público nos meios de obtenção de provas.....	252
4.7.1.	Interceptação telefônica, telemática e acesso aos dados cadastrais	252

4.7.2.	Acesso ao conteúdo de dispositivos móveis	261
4.7.3.	Comunicações privadas armazenadas (“espelhamento”)	264
4.7.4.	Afastamento de sigilo de dados estáticos (<i>geofencing</i>)	266
4.7.5.	Interceptação e gravação ambiental	270
4.7.6.	Afastamento do sigilo bancário, fiscal e telefônico. Simba e SITTEL.....	278
4.7.7.	Colaboração premiada. Lei 12.850/2013	284
4.7.7.1.	Procedimento da colaboração premiada. Acordo escrito.....	293
4.7.7.1.1.	Fase de Negociação	293
4.7.7.1.2.	Fase da assinatura do acordo.....	309
4.7.7.1.3.	Fase da tomada dos depoimentos.....	310
4.7.7.1.4.	Fase de homologação	311
4.7.7.1.5.	Fase de execução do acordo	313
4.7.7.1.6.	Fase da valoração	314
4.7.8.	Ação Controlada	316
4.7.9.	Infiltração de agentes e infiltração virtual.....	319
4.7.10.	Busca e apreensão.....	333
4.8.	Valor probatório do inquérito policial	344
4.9.	Indiciamento	347
4.10.	Foro por prerrogativa de função. Instauração de inquérito policial e indiciamento	350
4.10.1.	Investigação contra membros do MPF.....	355
4.10.2.	Quando remeter o inquérito para o foro por prerrogativa de função?.....	356
4.10.3.	Foro por prerrogativa de função e outros investigados. Desmembramento em primeiro grau?.....	358
4.11.	Incomunicabilidade	359
4.12.	Vícios no inquérito policial.....	360
4.13.	Trancamento de Inquérito via HC.....	360
4.14.	Trancamento do inquérito de ofício pelo juiz <i>versus</i> necessidade de arquivamento do inquérito policial.....	361
4.15.	Prazo para conclusão do inquérito.....	362
4.15.1.	Investigado preso	362
4.15.1.1.	Necessidade de diligências e investigado preso	363
4.15.2.	Investigado solto. Dilação de Prazo	363
4.15.2.1.	Tramitação direta.....	365
4.16.	Conclusão do inquérito. Relatório da autoridade policial	368

4.17.	Recebimento do inquérito relatado pelo MPF. Alternativas.....	370
4.18.	Oferecimento de denúncia	370
4.19.	Requisitar novas diligências ou realizá-las diretamente	370
4.20.	Arquivamento do inquérito policial.....	371
4.20.1.	Hipóteses de arquivamento	372
4.20.1.1.	Obrigatoriedade da ação penal público <i>versus</i> eficiência na persecução. Espaços de seletividade. Arquivamento.....	376
4.20.2.	Como promover o arquivamento do inquérito?.....	383
4.20.3.	MP promove ou requer o arquivamento?	384
4.20.4.	Controle do arquivamento.....	385
4.20.5.	Discordância do Juiz Federal com a promoção de arquivamento	386
4.20.5.1.	Insistência da Câmara no arquivamento.....	387
4.20.5.2.	Necessidade de oferecimento de denúncia.....	388
4.20.5.3.	Realização de novas diligências	389
4.20.6.	Concordância do Juiz Federal com a promoção de arquivamento	390
4.20.7.	Arquivamento diretamente na CCR.....	392
4.20.7.1.	Ausência de submissão do arquivamento à homologação em situações excepcionais.....	395
4.20.8.	Efeito da decisão de arquivamento.....	396
4.20.8.1.	Desarquivamento. Novas provas	396
4.20.8.2.	Arquivamento do inquérito e coisa julgada material	398
4.20.9.	Arquivamento implícito.....	401
4.20.10.	O novo regime de arquivamento do inquérito segundo o Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019).....	402
4.21.	Promover o declínio de atribuições. Arquivamento indireto.....	410
5.	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	413
5.1.	Definição e natureza jurídica. Consequências.....	416
5.2.	Requisitos.....	416
5.2.1.	Justa causa	416
5.2.2.	Crime cometido sem violência ou grave ameaça	418
5.2.3.	Pena mínima inferior a quatro anos.....	418
5.2.4.	Confissão	419
5.2.5.	Acordo seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.....	424
5.2.6.	Não ser cabível transação penal.....	425

5.2.7.	Circunstâncias pessoais favoráveis.....	426
5.2.8.	Não ter se beneficiado com institutos de consenso nos cinco anos anteriores ao crime.....	427
5.2.9.	Não se tratar de crime de violência doméstica ou em razão da condição feminina.....	428
5.3.	Condições a serem cumpridas.....	429
5.3.1.	Reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo	430
5.3.2.	Renúncia a bens	433
5.3.3.	Prestação de serviços à comunidade	434
5.3.4.	Prestação pecuniária.....	434
5.3.5.	Cumprir outras condições compatíveis e proporcionais.....	434
5.4.	Procedimento	436
5.4.1.	Tratativas e negociação do acordo	436
5.4.2.	Assinatura do acordo	446
5.4.3.	Fase do controle judicial do acordo	446
5.4.4.	Fiscalização e decisão final sobre o acordo	448
5.5.	Direito Intertemporal.....	451
6.	PASSO A PASSO	456
6.1.	Passo a passo. Recebimento de peças de informação. Alternativas ao Procurador da República	456
6.2.	Passo a passo da atuação do Procurador da República desde a requisição do inquérito policial.....	457
6.3.	Passo a passo da colaboração premiada	458
7.	QUADROS SINÓPTICOS.....	459
7.1.	Quadro sinótico da tramitação direta de inquéritos policiais	459
7.2.	Quadro sinótico do controle externo da atividade policial.....	459
8.	FLUXOGRAMA DO CONTROLE DO ARQUIVAMENTO.....	460
9.	MODELO DE PEÇAS PROCESSUAIS E MANIFESTAÇÕES.....	460
9.1.	Modelo de requisição de inquérito policial	460
9.2.	Modelo de portaria de PIC	462
9.3.	Modelo de declínio de atribuições perante a 2ª CCR.....	463
9.4.	Modelo de arquivamento de inquérito policial perante a Justiça	465
9.5.	Modelo de acordo de colaboração premiada.....	466
9.6.	Modelo de Termo de confidencialidade em Acordo de Colaboração Premiada.	471
9.7.	Modelo de Notificação para ANPP.....	472
9.8.	Modelo de ANPP.....	473
10.	QUESTÕES DE CONCURSO	474

5.	COTA DE OFERECIMENTO DA DENÚNCIA	529
6.	REJEIÇÃO DA DENÚNCIA	531
6.1.	Denúncia ou queixa manifestamente inepta.....	532
6.2.	Falta de pressuposto processual ou condição para o exercício da ação	533
6.3.	Recurso em caso de rejeição da denúncia.....	534
7.	ADITAMENTO DA DENÚNCIA	535
7.1.	<i>Mutatio Libelli e Emendatio Libelli</i>	536
7.2.	<i>Emendatio libelli</i>	536
7.2.1.	<i>Emendatio libelli</i> , suspensão condicional do processo e ANPP	537
7.3.	<i>Mutatio libelli</i>	538
7.3.1.	Procedimento e recurso	541
8.	PASSO A PASSO DA DENÚNCIA.....	542
9.	FLUXOGRAMA DA CONTAGEM DE PRAZOS	543
10.	MODELO DE PEÇAS PROCESSUAIS E MANIFESTAÇÕES.....	544
10.1.	Modelo de denúncia de moeda falsa.....	544
10.2.	Modelo de denúncia de estelionato contra INSS	545
10.3.	Modelo de denúncia de roubo	547
10.4.	Modelo de denúncia de sonegação de contribuição previdenciária.....	549
10.5.	Modelo de cota de oferecimento da denúncia.....	551
10.6.	Modelo de aditamento da denúncia por erro material.....	552
11.	QUESTÕES DE CONCURSO.....	553
CAPÍTULO III – DAS ATRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL		557
1.	INTRODUÇÃO	557
2.	<i>ITER</i> A SER SEGUIDO NA DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA.....	557
3.	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	566
3.1.	Causas em detrimento de bens, serviços e interesses da União.....	566
3.1.1.	Bens, serviços e interesses	566
3.1.2.	União, autarquias e empresas públicas.....	570
3.1.3.	Crimes apenas.....	573
3.1.4.	Ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral	573
3.1.5.	Questões recorrentes.....	573
3.1.5.1.	Competência no caso de adulteração de documentos e uso	578

3.1.5.2.	Crimes ambientais.....	585
3.2.	Crimes políticos	589
3.3.	Crime à distância previsto em tratado ou convenção internacional.....	590
3.3.1.	Tráfico transnacional.....	595
3.3.2.	Publicação de cena envolvendo pedofilia	598
3.3.3.	Racismo pela internet.....	600
3.4.	As causas relativas aos direitos humanos a que se refere o art. 109, §5º. Incidente de Deslocamento de Competência.....	602
3.5.	Crimes contra a organização do trabalho.....	606
3.6.	Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, nas hipóteses previstas em lei.....	608
3.7.	Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves	612
3.8.	Crime de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro.....	614
3.9.	Execução de cartas rogatórias.....	615
3.10.	Crime envolvendo disputa sobre direitos indígenas	615
3.11.	Competência em caso de execução de pena privativa de liberdade aplicada pela Justiça Federal.....	617
3.11.1.	Transferência para presídio federal. Procedimento.....	617
3.12.	Feito que tramitou perante Justiça absolutamente incompetente. Coisa julgada	622
3.12.1.	Possibilidade de ratificação da denúncia. Interrupção da prescrição e juízo absolutamente incompetente.....	624
4.	COMPETÊNCIA TERRITORIAL OU DE FORO	625
4.1.	Hipóteses mais comuns.....	627
4.2.	Conexão entre subseções diversas	632
4.3.	Criação de nova subseção judiciária. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	633
5.	COMPETÊNCIA DE JUÍZO OU DE VARA	634
6.	PASSO A PASSO	636
6.1.	Passo a passo para identificar o juiz competente	636
6.2.	Passo a passo para identificar a Subseção Judiciária competente.....	636
7.	QUADROS SINÓTICOS.....	636
7.1.	Quadro sinótico das hipóteses de competência da Justiça Federal.....	636
7.2.	Quadro sinótico do Incidente de Deslocamento de competência.....	637
8.	FLUXOGRAMA DA TRANSFERÊNCIA PARA PRESÍDIO FEDERAL.....	637
9.	QUESTÕES DE CONCURSO.....	638

CAPÍTULO IV – DAS MEDIDAS DE COAÇÃO	647
1. MEDIDAS CAUTELARES PATRIMONIAIS. IMPORTÂNCIA DO TEMA.....	647
2. SEQUESTRO.....	649
2.1. Bens passíveis de sequestro.....	650
2.2. Requisitos do sequestro	651
2.2.1. Prova de que se trata de provento da infração. Importância da prova indiciária.....	652
2.3. Procedimento do sequestro	655
2.4. Confisco e sequestro de valor equivalente ou por substituição.....	657
2.5. Confisco e sequestro alargado.....	660
2.5.1. Requisitos do confisco alargado.....	661
2.5.2. Procedimento do confisco alargado.....	667
2.5.3. Constitucionalidade do confisco alargado.....	672
2.5.4. Sequestro alargado	675
2.5.5. Aplicação do confisco alargado no tempo	676
2.5.6. Diferença entre os regimes de confisco	676
3. SEQUESTRO ESPECIAL DO DECRETO-LEI 3.240/41	679
4. HIPOTECA LEGAL E ARRESTO.....	680
4.1. Conceito de pena pecuniária e despesas processuais.....	681
4.2. Especialização da hipoteca legal. Definição e finalidade	682
4.2.1. Objeto	683
4.2.2. Requisitos	683
4.2.3. Legitimados para a medida. Legitimidade do MP	684
4.2.4. Momento	689
4.2.5. Procedimento.....	690
4.3. Arresto.....	690
4.3.1. Objeto	692
4.3.2. Procedimento.....	692
5. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS NA LEI DE LAVAGEM.....	693
6. RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS.....	696
6.1. Apreensão para fins processuais.....	697
6.2. Apreensão para fins penais. Confisco especial.....	699
6.3. Hipóteses específicas.....	701
7. ALIENAÇÃO ANTECIPADA E USO DE BENS DURANTE O PROCESSO	704
7.1. Procedimento de alienação antecipada.....	706
7.2. Autorização de uso de bens constritos por autoridades públicas	707
8. MEDIDAS DE COAÇÃO PESSOAIS.....	709

8.1.	Necessidade, adequação e proporcionalidade da medida. A prisão como <i>ultima ratio</i>	709
8.2.	Vedação à decretação de medidas cautelares de ofício pelo juiz	711
8.3.	Adoção do contraditório prévio.....	715
8.4.	Medidas alternativas à prisão preventiva.....	716
8.4.1.	Medidas alternativas em espécie.....	717
8.4.2.	Descumprimento das medidas e prisão preventiva	723
8.4.3.	Recurso cabível.....	724
8.4.4.	Prazo das medidas e detração	724
8.5.	Prisão em flagrante. Conversão da prisão em flagrante.....	726
8.5.1.	O que deve ser analisado na prisão em flagrante?.....	730
8.6.	Prisão preventiva	732
8.6.1.	Prazo da prisão preventiva. Provisoriamente. Necessidade de sua revisão periódica.....	737
8.6.2.	Manifestação do Procurador da República sobre prisão preventiva.....	741
8.7.	Previsão da prisão domiciliar.....	743
8.8.	Banco nacional de monitoramento de prisão.....	745
8.9.	Prisão de pessoa no estrangeiro.....	746
8.10.	Prisão temporária.....	748
8.10.1.	Prazo da prisão temporária	751
8.11.	Liberdade provisória.....	754
8.12.	Audiência de Custódia ou de apresentação. Decisões possíveis.....	756
9.	PASSO A PASSO	765
9.1.	Passo a passo do pedido de sequestro	765
9.2.	Passo a passo da restituição de coisas apreendidas	766
10.	QUADRO SINÓTICO DAS QUESTÕES A SEREM ANALISADAS AO RECEBER PRISÃO EM FLAGRANTE	766
11.	FLUXOGRAMA EM CASO DE PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA.....	767
12.	MODELO DE PEÇAS PROCESSUAIS E MANIFESTAÇÕES.....	768
12.1.	Modelo de pedido de especialização de hipoteca legal	768
13.	QUESTÕES DE CONCURSO.....	770
	CAPÍTULO V - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL.....	777
1.	FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL	777
2.	PRINCÍPIOS	777
3.	COMPETÊNCIA. CONCEITO DE CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO	778
3.1.	Identificar a pena máxima cominada.....	779

3.1.1.	Concurso de crimes. Conexão e continência.....	780
3.2.	Hipóteses de exclusão da competência do Juizado Especial	781
4.	FASES.....	782
4.1.	Da fase preliminar	782
4.1.1.	Termo Circunstanciado.....	782
4.1.2.	O que fazer com o Termo Circunstanciado? Alternativas ao Procurador da República	783
4.2.	Audiência preliminar.....	784
4.2.1.	Transação penal.....	785
4.2.1.1.	Requisitos da transação penal.....	786
4.2.1.2.	Procedimento de aplicação da transação penal. Divergência do juiz.....	788
4.2.1.3.	Alteração das condições.....	791
4.2.1.4.	Não cumprimento do acordo.....	792
4.2.2.	Procedimento sumaríssimo. Denúncia oral.....	793
4.3.	Audiência de instrução e julgamento	794
4.4.	Recursos na Lei 9099	795
4.4.1.	Apelação	795
4.4.2.	Embargos de declaração	796
5.	PASSO A PASSO DA TRANSAÇÃO PENAL.....	797
6.	QUADRO SINÓTICO DAS ALTERNATIVAS DO PROCURADOR DA REPÚBLICA DIANTE DO TERMO CIRCUNSTANCIADO	797
7.	FLUXOGRAMA DO RITO SUMARÍSSIMO	798
8.	MODELO DE PEÇAS	798
8.1.	Modelo de pedido de designação de audiência preliminar para proposta de transação penal.....	798
9.	QUESTÕES DE CONCURSO	800
CAPÍTULO VI – ATUAÇÃO DO PROCURADOR DA REPÚBLICA DURANTE O PROCESSO.....		803
1.	INTRODUÇÃO.....	803
2.	RECEBIMENTO DA DENÚNCIA.....	803
2.1.	Desclassificação dos fatos pelo juiz no momento do recebimento da denúncia.....	804
3.	SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO	806
3.1.	Momento da suspensão condicional do processo.....	807
3.2.	Requisitos de admissibilidade.....	808
3.2.1.	Pena mínima igual ou inferior a um ano	809

3.2.2.	Não estar sendo processado por outro crime.....	811
3.2.3.	Não ter sido condenado por outro crime.....	811
3.2.4.	Circunstâncias favoráveis.....	812
3.2.5.	Não ter se beneficiado nos últimos cinco anos com a suspensão condicional.....	812
3.3.	Procedimento. Audiência admonitória.....	812
3.3.1.	Proposta por carta precatória.....	814
3.4.	Período de provas. Condições legais e judiciais.....	814
3.4.1.	Condições da Suspensão Condicional do processo na Lei Ambiental.....	816
3.4.2.	Modificação das condições.....	817
3.5.	Causas de revogação.....	818
3.6.	Recurso cabível da decisão sobre suspensão condicional do processo....	819
3.7.	Comparação entre a transação penal, o ANPP e a suspensão condicional do processo.....	819
4.	CITAÇÃO DO ACUSADO.....	824
4.1.	Citação com hora certa.....	825
4.2.	Citação por edital. Hipóteses.....	829
4.2.1.	Suspensão do processo. Prazo de suspensão e providências...	830
4.3.	Citação no exterior.....	832
5.	RESPOSTA ESCRITA.....	833
5.1.	Defesa inicial e oitiva prévia do Ministério Público.....	836
6.	POSSIBILIDADE DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA OU DE REJEIÇÃO DA DENÚNCIA...	837
7.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	843
7.1.	Indeferimento de provas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.....	844
7.2.	Documentação das provas orais por modernas técnicas de registro....	847
7.3.	Prova testemunhal.....	848
7.3.1.	Contradita.....	849
7.3.2.	Sistema de inquirição direta (<i>cross-examination</i>).....	852
7.3.3.	Ordem de inquirição.....	853
7.3.4.	Forma de perguntar pelas partes. Dicas práticas.....	855
7.3.5.	Substituição de testemunhas.....	862
7.3.6.	Desistência de testemunha.....	863
7.3.7.	Direito de presença e réu preso. Direito ao confronto.....	863
7.3.8.	Preservação da testemunha. Depoimento sem dano. Inclusão em sistema de proteção de testemunhas.....	864

7.3.9.	Oitiva da Testemunha por videoconferência. Teledepoimento	869
7.3.10.	Oitiva de testemunhas por carta rogatória.....	873
7.3.11.	Videoconferência para oitiva de testemunha no exterior.....	875
7.4.	Oitiva dos peritos e assistentes técnicos.....	876
7.5.	Acareações e reconhecimentos.....	876
7.6.	Interrogatório.....	878
7.7.	Requerimento de diligências	881
7.8.	Alegações orais ou memoriais escritos	883
7.8.1.	Peça obrigatória	885
7.8.2.	Como fazer os memoriais escritos? Dicas práticas.....	886
7.8.2.1.	Relatório.....	887
7.8.2.2.	Questões preliminares.....	887
7.8.2.3.	Exame do mérito	888
7.8.2.3.1.	Análise detida das provas.....	889
7.8.2.3.2.	Importância da prova indiciária.....	889
7.8.2.3.3.	Citação de doutrina e jurisprudência.....	896
7.8.2.4.	Prequestionamento.....	897
7.8.2.5.	Da classificação do delito e da pena.....	897
7.8.2.6.	Prisão e outras medidas cautelares pessoais. Detração	899
7.8.2.7.	Dos efeitos da sentença condenatória – confisco, valor mínimo de indenização e perda do cargo – e bens apreendidos.....	900
7.8.2.8.	Do pedido	904
7.9.	Sentença oral. Princípio da identidade física.....	904
7.9.1.	Intimação da sentença.....	905
8.	RECURSOS.....	906
8.1.	Juízo de admissibilidade	906
8.1.1.	Recurso adequado.....	907
8.1.2.	Regularidade formal.....	908
8.1.3.	Tempestividade	909
8.1.4.	Interesse recursal.....	913
8.1.5.	Réu foragido e fuga do réu.....	914
8.2.	Juízo de mérito	914
8.3.	Recursos em espécie.....	915
8.3.1.	Recurso em sentido estrito	916
8.3.1.1.	Processamento	917

8.3.2.	Agravo em execução.....	920
8.3.3.	Apelação.....	920
8.3.3.1.	Processamento.....	921
8.3.4.	Embargos de declaração.....	922
8.3.5.	Carta testemunhável.....	924
8.3.6.	Correição Parcial.....	925
8.4.	Dicas práticas na elaboração dos recursos.....	929
9.	AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO AUTÔNOMAS.....	932
9.1.	<i>Habeas Corpus</i>	932
9.2.	Mandado de segurança.....	933
10.	PASSO A PASSO.....	935
10.1.	Passo a passo da suspensão condicional do processo.....	935
10.2.	Passo a passo dos memoriais escritos.....	936
11.	FLUXOGRAMAS.....	936
11.1.	Fluxograma do procedimento ordinário.....	936
11.2.	Fluxograma da audiência de instrução e julgamento.....	937
12.	MODELO DE PEÇAS.....	937
12.1.	Modelo de memoriais escritos de rádio.....	937
12.2.	Modelo de memoriais de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A).....	941
12.3.	Modelo de interposição de apelação, já com razões recursais.....	948
12.4.	Modelo de contrarrazões recursais.....	951
12.5.	Modelo de interposição de recurso em sentido estrito, sem razões.....	955
12.6.	Modelo de interposição de recurso em sentido estrito, já com razões, formando instrumento.....	955
13.	QUESTÕES DE CONCURSO.....	961
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	969

PARTE III A ATUAÇÃO CÍVEL

ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI

INTRODUÇÃO – O VASTO CAMPO DA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL.....	983
---	------------

CAPÍTULO I – A ATRIBUIÇÃO DO PROCURADOR DA REPÚBLICA E A COMPETÊNCIA CÍVEL DA JUSTIÇA FEDERAL.....	987
---	------------

1. ATRIBUIÇÃO E LEGITIMIDADE EM MATÉRIA CÍVEL: CONCEITOS, DISTINÇÕES E ALCANCE.....	988
1.1. Atribuição do Procurador da República: parcela da legitimidade do MPF.....	988

1.2.	A atribuição para a atuação fora do processo judicial	989
1.3.	Os conflitos de atribuição e a competência para solucioná-los	991
2.	LEGITIMIDADE DO MPF E A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	992
2.1.	A regra do art. 37 da LC 75 e suas exceções	992
2.1.1.	O litisconsórcio entre Ministérios Públicos	994
2.1.2.	O art. 39 da LC 75: a atribuição na função <i>ombudsman</i>	995
2.2.	A competência da Justiça Federal em matéria cível	995
2.2.1.	A regra geral da competência cível: art. 109, I, CF	998
2.2.2.	A causa fundada em tratado ou contrato internacional (art. 109, III, CF).....	999
2.2.3.	A causa que envolve disputa sobre direitos indígenas (art. 109, XI, CF)	1000
3.	O INTERESSE FEDERAL CONFIGURADOR DA LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.....	1001
3.1.	O interesse federal na jurisprudência do STJ.....	1002
3.1.1.	MPF: legitimidade coletiva e a condição de “órgão da União”	1006
3.1.2.	As diferenças entre a competência cível e a criminal na configuração do interesse federal	1008
3.2.	O art. 109, I, CF e o interesse federal: conclusões e exemplos.....	1012
3.3.	A análise em concreto do interesse federal	1015
4.	O ASPECTO TERRITORIAL NA FIXAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO CÍVEL DO PROCURADOR DA REPÚBLICA	1016
4.1.	A atribuição nas causas de âmbito nacional	1017
4.2.	A atribuição territorial e a extensão da subseção judiciária	1021
5.	QUADRO SINÓTICO DA ATRIBUIÇÃO DO PROCURADOR DA REPÚBLICA	1023
6.	PASSO A PASSO DA DEFINIÇÃO DA ATRIBUIÇÃO.....	1024
7.	MODELO DE PEÇAS	1026
7.1.	Despacho de declínio de atribuição	1026
8.	QUESTÕES DE CONCURSOS.....	1027
CAPÍTULO II - AS FUNÇÕES CONSTITUCIONAIS NA ÁREA CÍVEL		1029
1.	A “REVOLUÇÃO” PROMOVIDA PELA CF/88 NA ATUAÇÃO CÍVEL DO MPF	1029
1.1.	A missão do Ministério Público em cotejo com a das demais funções essenciais à justiça e os reflexos na eleição de prioridades	1030
2.	A FUNÇÃO DE <i>OMBUDSMAN</i> , DEFENSOR DO POVO OU DEFENSOR DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS (ART. 129, II, CF).....	1032
2.1.	Os modelos de direito comparado e a opção do constituinte pelo Ministério Público	1032

2.2.	O objeto e amplitude da função <i>Ombudsman</i>	1035
2.3.	A disciplina da função <i>Ombudsman</i> na LC 75	1036
2.3.1.	A regra geral da atribuição do MPF na função <i>Ombudsman</i>	1036
2.3.2.	O PFDC como <i>Ombudsman</i> Nacional	1037
2.3.3.	A notificação para providências e a atuação fora das atribuições ordinárias	1038
2.3.4.	A recomendação e outros instrumentos de atuação pertinentes.....	1040
2.4.	A função <i>Ombudsman</i> e a função de legitimado coletivo: vantagens da cumulação	1041
2.5.	A abrangência subjetiva e a vedação do ajuizamento individual	1041
2.6.	O exercício da função e as diversas áreas temáticas de atuação cível ..	1043
3.	A FUNÇÃO DE LEGITIMADO COLETIVO (ART. 129, III, CF).....	1043
3.1.	Contexto, evolução histórica e conceito de legitimidade coletiva.....	1044
3.2.	Limites da legitimidade coletiva: a indisponibilidade pelos legitimados e o conceito de concretização dos direitos	1046
3.3.	Do conceito legal de direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	1046
3.3.1.	Da (in)divisibilidade dos direitos difusos e coletivos e das relevantes consequências processuais dessa classificação	1048
3.3.2.	A doutrina de Barbosa Moreira e o modo de distinguir os direitos essencialmente (indivisíveis) dos acidentalmente (divisíveis) coletivos	1049
3.3.3.	A relevância da homogeneidade para configuração dos direitos e interesses individuais homogêneos.....	1050
3.3.4.	A crítica a esses conceitos e o devido processo coletivo	1051
3.4.	A legitimidade coletiva do Ministério Público na dicção da jurisprudência	1052
3.4.1.	A legitimidade para proteção dos direitos e interesses difusos e coletivos	1053
3.4.2.	A legitimidade para proteção dos direitos individuais homogêneos: o critério da relevância social	1053
4.	A FUNÇÃO DE DEFENSOR DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS (ART. 129, V, CF)....	1056
4.1.	O contexto da Assembleia Constituinte	1056
4.2.	O conteúdo normativo da função de defender e sua abrangência subjetiva.....	1057
4.3.	A abrangência objetiva da função: direitos do art. 231, CF e outros de natureza coletiva	1059
5.	AS “FUNÇÕES” INVESTIGATÓRIAS	1060

5.1.	O mandado de segurança e outros instrumentos disponíveis ao Ministério Público para assegurar efetividade a sua atuação investigatória	1061
5.2.	O poder investigatório próprio (art. 129, VI).....	1062
5.2.1.	A disciplina legal específica do poder investigatório próprio (art. 8º, LC 75)	1063
5.2.1.1.	As notificações e requisições: conteúdo e o atributo da autoexecutoriedade	1065
5.2.1.2.	A requisição de informações sigilosas	1066
5.3.	O poder de requisitar diligências investigatórias a outros órgãos (art. 129, VIII)	1069
5.3.1.	A amplitude de objeto e dos destinatários da requisição de diligências investigatórias	1070
5.3.2.	A regulamentação dada pela LC 75 ao poder de requisitar diligências investigatórias	1070
5.3.3.	Os limites e possibilidades do direcionamento da requisição....	1071
6.	OUTRAS FUNÇÕES ATRIBUÍDAS POR LEI (ART. 129, IX, CF)	1072
6.1.	A necessária compatibilidade com a finalidade institucional expressa no art. 127, CF	1072
6.1.1.	A defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis como principal finalidade orientadora da intervenção em matéria cível	1073
6.1.1.1.	Direitos e interesses indisponíveis	1073
6.1.1.2.	Os interesses sociais	1073
6.1.1.2.1.	Interesse público primário e secundário.....	1074
6.1.1.2.2.	A sinonímia estabelecida pelo CPC no art. 178, I: processos que envolvam “interesse público ou social”	1075
6.2.	A função de fiscal da ordem jurídica (“custos juris”) e a intervenção no processo civil	1077
7.	QUADRO SINÓTICO.....	1078
8.	QUESTÕES DE CONCURSOS.....	1078
CAPÍTULO III – AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO MPF NA ÁREA CÍVEL		1081
1.	VISÃO GERAL E O MODELO CONSTITUCIONAL DE ATUAÇÃO CÍVEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1081
1.1.	As duas formas de atuação processual (agente e interveniente) e a atuação extraprocessual	1081
1.2.	O modelo constitucional de atuação cível do Ministério Público e sua incorporação pelo CPC	1082

1.3.	A priorização da atuação como agente e a reorientação da atuação como interveniente como decorrência do modelo constitucional	1084
2.	A ATUAÇÃO COMO AGENTE.....	1085
2.1.	A atuação extraprocessual (fora do processo judicial) e a processual: visão geral e integrada	1085
2.1.1.	As ações judiciais e o respectivo regime processual	1086
2.1.2.	O inquérito civil, a audiência pública, a recomendação e o TAC e a resolutividade da atuação extraprocessual	1086
2.1.3.	A importância da integração entre a atuação extraprocessual e a processual	1088
2.2.	O campo de atuação do Ministério Público Federal como agente: a tutela coletiva, sua abrangência e os desafios que apresenta.....	1089
2.2.1.	A expressão “tutela coletiva” e sua ampla abrangência	1089
2.2.2.	A interdisciplinariedade	1090
2.2.3.	A justiciabilidade das políticas públicas e a exigibilidade dos direitos sociais	1090
2.2.4.	A complexidade das medidas necessárias à tutela coletiva	1091
2.2.5.	Os processos estruturais	1092
2.2.6.	As acentuadas mudanças sociais e o novo paradigma jurídico.....	1095
2.3.	A legitimidade coletiva ativa: suas peculiaridades, limites e perspectivas	1095
2.3.1.	A base constitucional e legal da legitimidade coletiva do Ministério Público	1095
2.3.2.	A natureza e as classificações da legitimidade coletiva.....	1096
2.3.3.	A indisponibilidade dos direitos pelo legitimado coletivo	1098
2.3.4.	Indisponibilidade e a possibilidade de negociação em tutela coletiva.....	1099
2.3.4.1.	A distinção entre a negociação em tutela coletiva e a transação do direito civil	1099
2.3.4.2.	A distinção entre disposição e concretização dos direitos.....	1099
2.3.4.3.	Os limites da concretização e sua correção judicial ...	1102
2.3.4.4.	O método da negociação em tutela coletiva: a negociação por princípios ou método de Harvard	1103
2.3.5.	A legitimidade concorrente e os reflexos na mitigação do princípio da obrigatoriedade	1105
2.3.5.1.	A legitimidade coletiva concorrente na CF e na legislação	1105
2.3.5.2.	A exagerada e inadequada aplicação do princípio da obrigatoriedade à tutela coletiva	1106

2.3.5.3.	Indisponibilidade do direito material x direito de ação	1109
2.3.5.4.	A necessária autonomia institucional para eleição estratégica de prioridades de relevância social	1109
2.3.5.5.	A reinterpretação da hipótese legal de arquivamento	1110
2.4.	As principais áreas de atuação cível do Ministério Público Federal como agente	1111
2.4.1.	A proteção da cidadania, dos direitos e interesses constitucionais fundamentais (saúde, previdência e assistência social, educação e outros) e dos direitos humanos em geral.....	1113
2.4.2.	O controle da Administração Pública Federal e a proteção do patrimônio público	1117
2.4.3.	A proteção dos consumidores e da ordem econômica.....	1120
2.4.4.	A proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico, turístico e paisagístico e cultural	1122
2.4.5.	O combate à improbidade administrativa e à corrupção	1124
2.4.6.	A defesa dos direitos e interesses das populações indígenas, das comunidades quilombolas e tradicionais.....	1125
2.4.7.	A atuação em face do sistema prisional e dos estabelecimentos penais federais	1127
2.5.	A qualificação da Instituição na atuação cível e a aproximação com a sociedade e os cidadãos	1128
2.5.1.	As vantagens da “litigância habitual”	1128
2.5.2.	Os diferenciais favoráveis ao protagonismo do MPF em tutela coletiva	1129
2.5.3.	Capacitações, manuais, grupos de trabalho e o banco de dados	1130
2.5.4.	A necessária e estratégica aproximação com os cidadãos e a sociedade	1131
3.	A ATUAÇÃO COMO INTERVENIENTE	1132
3.1.	A atuação como interveniente à luz da configuração constitucional do Ministério Público	1132
3.1.1.	A Recomendação CNMP n. 34/2016: priorização da atuação como agente e da intervenção nas causas de relevância social	1133
3.1.2.	A necessária releitura do modo e da finalidade da intervenção: o interveniente “ativo” em defesa dos interesses que a legitimam	1135

3.2.	Visão geral da disciplina processual da intervenção	1137
3.2.1.	Previsão legal de cabimento e momento da intervenção	1137
3.2.2.	A intervenção como faculdade processual do Ministério Público	1137
3.2.3.	Do prazo de 30 dias para manifestação como interveniente...	1139
3.2.4.	Os poderes processuais ordinários e os que detém quando intervém em ação para a qual é colegitimado	1140
3.2.4.1.	O poder de requerer a desconsideração da personalidade jurídica	1142
3.2.5.	A nulidade pela ausência de intimação para intervenção	1143
3.3.	A intervenção nas ações coletivas	1144
3.3.1.	Os poderes processuais do Ministério Público Federal como interveniente nas ações coletivas e sua liberdade como fiscal da ordem jurídica	1145
3.3.1.1.	A desvinculação do Ministério Público à posição do autor	1145
3.3.2.	As previsões legais de intervenção nas ações coletivas e o respectivo regime processual	1146
3.3.2.1.	Na ação popular.....	1146
3.3.2.2.	Na ação civil pública e na ação coletiva para defesa de interesses individuais homogêneos.....	1148
3.3.2.2.1.	A indisponibilidade dos direitos e a possibilidade de composição promovida pelo Ministério Público	1148
3.3.2.3.	Na ação de responsabilização por ato de improbidade administrativa.....	1149
3.3.2.4.	No mandado de segurança coletivo	1149
3.3.2.4.1.	A falta de legitimidade do Ministério Público para impetrar mandado de segurança coletivo	1150
3.3.2.4.2.	As peculiaridades da ação e da análise ministerial.....	1151
3.3.2.4.3.	Os poderes processuais específicos conferidos ao MP na LMS	1152
3.4.	A intervenção nas ações individuais.....	1152
3.4.1.	A regra geral do CPC (art. 178).....	1152
3.4.1.1.	O conteúdo e abrangência da expressão “processos que envolvam”	1153
3.4.1.2.	A intervenção nos processos que envolvam “interesse público ou social” (inc. I).....	1154

3.4.1.3.	A intervenção nos processos que envolvam interesse de incapaz (inc. II)	1155
3.4.1.3.1.	A indisponibilidade pelo titular como justificativa da intervenção.....	1155
3.4.1.3.2.	Objeto da análise e da manifestação.....	1157
3.4.1.3.3.	A desnecessária análise do mérito	1158
3.4.1.3.4.	A (in)capacidade da pessoa com deficiência à luz do respectivo Estatuto ..	1158
3.4.1.4.	Da intervenção nos processos que envolvem litígios coletivos pela posse da terra rural ou urbana (inc. III)	1159
3.4.1.5.	Intervenção nos Juizados Especiais Federais.....	1160
3.4.1.5.1.	As causas previdenciárias e assistenciais envolvendo incapazes	1160
3.4.1.5.2.	A desnecessária intervenção nas causas envolvendo idosos e incapacidade para o trabalho	1162
3.4.1.6.	Intervenção nas ações de desapropriação	1162
3.4.2.	Outras hipóteses de intervenção previstas no CPC	1164
3.4.3.	A intervenção no mandado de segurança.....	1165
3.4.3.1.	A posição institucional do MPF e do CNMP	1166
3.4.3.2.	Cabimento e objeto da intervenção no mandado de segurança	1167
3.5.	Quadro sinóptico	1169
4.	QUESTÕES DE CONCURSOS.....	1171

CAPÍTULO IV – A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL COMO AGENTE **1175**

1.	VISÃO COMPARATIVA DA ATUAÇÃO EXTRAPROCESSUAL E PROCESSUAL E A POSTURA RESOLUTIVA DE MINISTÉRIO PÚBLICO	1175
1.1.	Postura resolutiva: definição e fundamento constitucional	1176
1.2.	Vantagens e desvantagens da atuação extraprocessual e da processual	1176
1.3.	As circunstâncias que tornam uma ou outra atuação preferível e a complementariedade entre ambas.....	1178
1.4.	O modelo de Ministério Público resolutivo e a atuação processual	1179
2.	O USO DOS INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO COMO TÉCNICAS DESTINADAS A ALCANÇAR EFETIVIDADE DOS DIREITOS COLETIVOS	1181
3.	VISÃO GERAL DA ATUAÇÃO EXTRAPROCESSUAL	1183
3.1.	Principais utilidades: instruir a atuação, concretizar os direitos tutelados e induzir a correção da conduta ilícita.....	1183

3.2.	As específicas utilidades de cada instrumento da atuação extraprocessual	1185
3.2.1.	Do inquérito civil	1185
3.2.2.	Da audiência pública	1185
3.2.3.	Da recomendação	1186
3.2.4.	Do compromisso de ajustamento de conduta	1187
3.3.	A regulamentação da atuação extraprocessual cível	1187
3.3.1.	A Resolução CSMPF n. 87	1188
3.3.2.	Norma do CSMPF x do CNMP. Parâmetros para solução dos conflitos e aplicação subsidiária	1189
3.3.3.	A disciplina regulamentar da revisão e coordenação da atuação extraprocessual e outros regulamentos pertinentes..	1190
4.	OS INSTRUMENTOS EXTRAPROCESSUAIS DE ATUAÇÃO	1191
4.1.	O inquérito civil e os procedimentos correlatos.....	1191
4.1.1.	A previsão legal e constitucional e a regulamentação institucional	1191
4.1.2.	A errônea denominação inquérito civil público	1192
4.1.3.	Os procedimentos correlatos	1192
4.1.4.	As características do inquérito civil	1194
4.1.5.	Da análise inicial da Notícia de Fato à instauração do inquérito civil	1195
4.1.5.1.	A instauração de ofício, a provocada e a determinada	1195
4.1.5.2.	A Notícia de Fato: compreensão da terminologia e a possibilidade de anonimato	1196
4.1.5.3.	A análise da Notícia de Fato e as opções de encaminhamento.....	1198
4.1.5.4.	O arquivamento da Notícia de Fato	1201
4.1.5.5.	A instauração da investigação e a necessidade de portaria	1205
4.1.6.	A instrução: despachos, notificações, ofícios requisitórios e diligências <i>in loco</i>	1206
4.1.6.1.	A autoexecutoriedade dos atos de instrução e as consequências para o destinatário do descumprimento	1207
4.1.6.2.	As correspondências e requisições destinadas às altas autoridades federais	1208
4.1.6.3.	O prazo para resposta das requisições de informações e documentos	1209

4.1.7.	O encerramento do inquérito civil: arquivamento e seu controle ou ajuizamento de ação.....	1210
4.1.7.1.	Da hipótese legal de arquivamento e as circunstâncias que a configuram.....	1210
4.1.7.2.	Das alternativas de decisão das Câmaras e da PFDC....	1212
4.1.7.3.	Do ajuizamento da ação cabível e a consequente dispensa de arquivamento quando abranger todo o objeto da apuração	1212
4.1.8.	O valor e a utilidade da prova produzida no inquérito civil.....	1213
4.1.8.1.	A jurisprudência do STJ e a questionável hierarquia de provas.....	1214
4.1.8.2.	A possibilidade de aproveitamento da prova produzida no inquérito civil para fins criminais	1216
4.1.9.	Modelos de peças	1217
4.1.9.1.	Indeferimento de Instauração	1217
4.1.9.2.	Portaria de Instauração de Inquérito Civil	1218
4.1.9.3.	Promoção de Arquivamento.....	1220
4.2.	A audiência pública.....	1221
4.2.1.	A previsão legal e a regulamentação institucional	1221
4.2.2.	A inerência da audiência pública ao Estado Democrático de Direito e sua amplitude de objeto	1223
4.2.3.	A fase preparatória	1225
4.2.3.1.	O edital de convocação e a respectiva publicidade ...	1225
4.2.3.2.	Os convites e a voluntariedade do comparecimento	1225
4.2.4.	Realização e condução	1226
4.2.4.1.	A disciplina da audiência pública e sua importância para o respectivo êxito	1226
4.2.4.2.	O descabimento de votação e a importância dos encaminhamentos dados.....	1226
4.2.5.	A ata.....	1227
4.2.6.	Modelos de peças	1228
4.2.6.1.	Edital de convocação de audiência pública	1228
4.2.6.2.	Ata de audiência pública	1230
4.3.	A recomendação.....	1232
4.3.1.	A previsão legal e a regulamentação institucional	1232
4.3.2.	A amplitude do objeto da recomendação	1233
4.3.2.1.	Os serviços públicos federais e os serviços de relevância pública	1234

4.3.2.2.	O objeto da recomendação e as funções constitucionais	1235
4.3.2.3.	A recomendação como instrumento de prevenção de responsabilidades	1236
4.3.2.4.	A recomendação como instrumento de concretização de direitos e correção de condutas	1237
4.3.2.5.	A recomendação para alteração de normas	1239
4.3.3.	Elaboração: cuidados e peculiaridades	1239
4.3.3.1.	Momento e destinatários	1239
4.3.3.2.	A fundamentação, a(s) medida(s) recomendadas(s) e o prazo	1240
4.3.3.3.	A indicação de providências passíveis de serem adotadas e a ausência de coercibilidade	1241
4.3.3.4.	A requisição de resposta quanto ao atendimento e o dever de enfrentá-la para adoção de novas providências	1243
4.3.4.	O encaminhamento da recomendação	1243
4.3.5.	Eficácia e efetividade da recomendação	1245
4.3.5.1.	Dos efeitos que independem do atendimento e a importância da ampla divulgação	1245
4.3.5.2.	O atendimento e o conseqüente arquivamento da investigação	1246
4.3.5.3.	A negativa de atendimento e suas conseqüências	1246
4.3.6.	Modelos de peças	1247
4.3.6.1.	Recomendação	1247
4.4.	A notificação para adoção de providências	1251
4.4.1.	A exclusividade de uso pelos PFDCs	1251
4.4.2.	Da atuação fora das atribuições no âmbito interno e do Ministério Público Federal	1252
4.4.3.	Do cotejo com a recomendação e do potencial ainda inexplorado da notificação	1253
4.5.	O compromisso de ajustamento de conduta (TAC)	1254
4.5.1.	A previsão legal e disciplina regulamentar	1254
4.5.2.	Do objeto do TAC	1256
4.5.3.	A natureza de Negócio Jurídico do TAC e suas vantagens como instrumento de negociação em tutela coletiva	1257
4.5.3.1.	A natureza jurídica do TAC: negócio jurídico <i>sui generis</i>	1257
4.5.3.2.	As vantagens do TAC sobre a via judicial	1258

4.5.4.	O TAC como instrumento de concretização dos direitos coletivos	1259
4.5.5.	Requisitos e cuidados na elaboração do TAC	1261
4.5.5.1.	Existência do TAC: assinatura por um legitimado e previsão de obrigações	1261
4.5.5.2.	Validade do TAC: conformidade com a lei, capacidade dos agentes, ausência de vício de vontade e outros requisitos	1261
4.5.5.2.1.	Capacidade para obrigar. Representação extrajudicial dos entes públicos federais e das pessoas físicas e jurídicas compromissárias.....	1264
4.5.5.2.2.	A validade das obrigações previstas no TAC e a priorização da tutela específica...	1266
4.5.5.3.	Eficácia do TAC.....	1267
4.5.5.3.1.	A certeza e liquidez das obrigações pactuadas no TAC.....	1267
4.5.5.3.2.	Exigibilidade imediata e a fixação de prazos	1268
4.5.5.4.	As cominações	1269
4.5.5.4.1.	A ausência de exclusividade da multa como cominação no TAC.....	1270
4.5.5.4.2.	A autorização para não fixar cominações no TAC em casos excepcionais	1271
4.5.5.5.	A destinação do pagamento em dinheiro: alternativas ao FDD	1274
4.5.6.	Publicidade	1277
4.5.7.	O arquivamento do procedimento ou inquérito civil em que firmado TAC e a revisão do órgão superior.....	1278
4.5.8.	A efetividade do TAC: Fiscalização do seu cumprimento e consequências do descumprimento	1282
4.5.9.	Modelo de peça.....	1284
4.5.9.1.	Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta	1284
4.6.	Passo a passo no inquérito civil, da instauração ao arquivamento ou ajuizamento da ação cabível	1288
4.7.	Fluxograma da Atuação Extraprocessual	1290
5.	VISÃO GERAL DA ATUAÇÃO PROCESSUAL COMO AGENTE.....	1291
5.1.	O Novo Processo Civil e a necessária adequação da atuação processual do MPF.....	1292

5.1.1.	O estímulo à autocomposição e ao autorregramento da Justiça	1292
5.1.1.1.	Autocomposição: contexto, conceito e métodos (conciliação, mediação e negociação)	1292
5.1.1.2.	A autocomposição no CPC/2015	1293
5.1.1.3.	Do cabimento da autocomposição na ação civil pública e nas demais ações coletivas	1297
5.1.1.4.	O acordo e o TAC no curso da ação como instrumentos para formalização da autocomposição e a atuação do Ministério Público	1299
5.1.1.5.	Dos negócios processuais	1300
5.1.1.5.1.	A cláusula geral de negócios processuais atípicos (art. 190)	1301
5.1.1.5.2.	O calendário processual (art. 191).....	1302
5.1.2.	A racionalização da prestação jurisdicional pela uniformização da jurisprudência e pela vinculação a precedentes.....	1302
5.1.2.1.	Jurisprudência, súmula, precedente, <i>ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i> : compreensão dos conceitos	1305
5.1.2.2.	Os diversos efeitos jurídicos atribuídos pelo CPC à jurisprudência, súmulas e precedentes vinculantes... ..	1308
5.1.2.3.	A regra geral de vinculação aos precedentes de observância obrigatória (art. 927, CPC).....	1312
5.1.2.4.	As técnicas de distinção (<i>distinguishing</i>) e de superação (<i>overruling</i>)	1314
5.2.	A atuação processual resolutiva e estratégica.....	1316
5.2.1.	Quando a via processual é a melhor opção?	1316
5.2.2.	A resolutividade pela definição da estratégia processual a partir da inicial	1317
5.3.	A definição da estratégia processual a partir da elaboração da inicial....	1318
5.3.1.	A amplitude da tutela jurisdicional coletiva e importância da petição inicial na adequada exploração desse potencial	1318
5.3.2.	A definição do objeto litigioso e da abrangência subjetiva	1319
5.3.2.1.	A definição e contorno do(s) direito(s) defendido(s) na ação (difusos, coletivos e individuais homogêneos) a partir do pedido	1319
5.3.2.2.	A abrangência territorial	1321
5.3.2.3.	A relevância da configuração subjetiva nas ações coletivas	1322

5.3.2.4.	A inclusão de entes federais nos polos da ação	1323
5.3.2.5.	O polo passivo e a eficácia da sentença: a correta compreensão dos “efeitos erga omnes”	1324
5.3.3.	O pedido de tutela provisória de urgência e de evidência: regime jurídico, distinções e cuidados na formulação	1329
5.3.3.1.	Os diferentes requisitos para a tutela provisória de urgência e de evidência e os consequentes cuidados nos respectivos pedidos	1330
5.3.3.2.	Do pedido de tutela provisória <i>inaudita altera parte</i>	1332
5.3.3.3.	As limitações legais à tutela de urgência e a respectiva superação	1333
5.3.3.4.	Limitações à tutela provisória contra o Poder Público	1334
5.3.3.5.	A amplitude e adequação das medidas de tutela provisória e o respectivo pedido	1335
5.3.3.6.	O pedido de tutela provisória de urgência em caráter antecedente	1336
5.3.4.	A inicial e o prequestionamento	1338
5.4.	A condução do processo com foco na resolutividade.....	1340
5.4.1.	A réplica e a especificação da prova	1340
5.4.2.	Composição negociada da lide coletiva na audiência de conciliação ou de mediação (art. 334, CPC), por acordo ou TAC	1340
5.4.3.	O controle do andamento dos processos e a representação contra excesso de prazos pelo juiz.....	1342
5.4.4.	A elaboração das razões finais ou memoriais	1343
5.4.5.	O cumprimento da sentença: provisório, definitivo parcial e definitivo	1344
5.5.	Os recursos	1346
5.5.1.	Visão geral da disciplina legal e as peculiaridades do processo coletivo	1346
5.5.1.1.	Dos prazos	1346
5.5.1.2.	A intimação pessoal com vista dos autos e o processo eletrônico	1347
5.5.1.3.	Os efeitos. A regra da eficácia imediata da sentença e o cabimento de cumprimento provisório	1347
5.5.1.4.	O interesse recursal para alteração do fundamento da sentença	1349
5.5.1.5.	A facultatividade de recorrer e a desistência de recurso interposto	1350

5.5.2.	Dos cuidados especiais em face dos poderes do relator	1351
5.5.2.1.	A necessidade de impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida (art. 932, III, CPC)	1351
5.5.2.2.	A atuação recursal e os precedentes vinculantes (art. 932, IV e V, CPC).....	1352
5.5.3.	Os recursos em espécie	1353
5.5.3.1.	Os embargos de declaração	1353
5.5.3.1.1.	Hipóteses de cabimento e prazo diferenciado.....	1353
5.5.3.1.2.	Petição e efeitos	1354
5.5.3.2.	O agravo de instrumento	1355
5.5.3.2.1.	Hipóteses de cabimento	1355
5.5.3.2.2.	Petição. Formação e encaminhamento do instrumento	1356
5.5.3.2.3.	Juntada das peças nos autos principais e juízo de retratação	1357
5.5.3.3.	A apelação	1358
5.5.3.3.1.	Hipótese de cabimento	1358
5.5.3.3.2.	Petição. Requisitos e endereçamento.	1358
5.5.3.3.3.	Juízo de retratação	1359
5.5.3.3.4.	O recurso adesivo e seu potencial ainda pouco explorado	1360
5.5.3.3.5.	O prequestionamento e a apelação	1363
5.5.4.	Passo a passo da análise recursal pelo Procurador da República	1364
5.6.	Fluxograma da atuação processual resolutiva	1365
5.7.	Modelos de peças.....	1366
5.7.1.	Embargos de Declaração.....	1366
5.7.2.	Apelação.....	1368
6.	OS INSTRUMENTOS PROCESSUAIS DA ATUAÇÃO COMO AGENTE.....	1374
6.1.	A ação civil pública	1374
6.1.1.	A distinção terminológica e de procedimento com outras ações de natureza coletiva.....	1375
6.1.2.	Objeto	1376
6.1.2.1.	Ação civil pública e a ampla tutela específica e indenizatória dos direitos difusos e coletivos	1376
6.1.2.2.	A ação civil pública na tutela dos direitos individuais homogêneos: peculiaridades	1378

6.1.2.3.	A ação civil pública no controle difuso de constitucionalidade	1379
6.1.2.4.	A ação civil pública contra a omissão do Poder Público e para inclusão de previsão orçamentária ...	1381
6.1.2.5.	A vedação de pretensões de natureza tributária (art. 1º, par. ún).....	1381
6.1.3.	Procedimento e disposições processuais especiais.....	1382
6.1.3.1.	Competência pela prevenção, conexão e continência.....	1382
6.1.3.2.	A concessão liminar (conteúdo cautelar e antecipatório). Requisitos e peculiaridades	1383
6.1.3.3.	Efeito dos recursos e reexame necessário	1384
6.1.3.4.	O dever do MP de promover o cumprimento da sentença de procedência	1385
6.1.3.5.	A restrição dos efeitos territoriais da sentença (art. 16)	1386
6.1.3.6.	A coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	1388
6.1.3.7.	Dos honorários periciais e advocatícios e das custas.....	1388
6.1.3.8.	Os procedimentos específicos para efetivação (cumprimento) das sentenças e a regra geral do art. 139, IV, CPC.....	1389
6.1.4.	Requisitos da petição inicial e principais cuidados	1391
6.1.4.1.	Indicação do juízo ao qual se dirige a ação e especificação e qualificação das partes (art. 319, I e II, CPC).....	1391
6.1.4.2.	Os fatos, fundamentos jurídicos do pedido e a especificação deste, incluindo a possibilidade e disciplina da cumulação (art. 319, III e IV, CPC)	1392
6.1.4.3.	Valor da causa (art. 319, V)	1395
6.1.4.4.	Indicação das provas. Momento processual e repartição do ônus (art. 319, VI, CPC)	1395
6.1.4.5.	A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação (art. 319, VII) e o pedido de citação para audiência.....	1398
6.1.4.6.	Do desenvolvimento da argumentação e de outras sugestões úteis	1399
6.2.	A ação civil pública de execução do TAC	1399
6.2.1.	Nomenclatura, disciplina processual aplicável e foro competente.....	1399

6.2.2.	A ampla legitimidade, não restrita ao compromitente	1400
6.2.3.	Obrigatoriedade da execução e destinação do valor devido.....	1401
6.2.4.	Dos procedimentos conforme a modalidade da obrigação a ser executada.....	1403
6.2.4.1.	A necessária liquidez do TAC e a possibilidade de liquidação judicial.....	1405
6.2.4.2.	A execução de quantia certa contra a Fazenda Pública	1405
6.2.5.	A elaboração da inicial: peculiaridades e cuidados	1406
6.2.5.1.	Das diferenças essenciais quanto à elaboração da ação civil pública de conhecimento.....	1406
6.2.5.2.	Das peculiaridades decorrentes do procedimento correspondente.....	1407
6.2.5.3.	A juntada do título e o ajuizamento de tantas execuções quantos forem os procedimentos	1409
6.3.	A ação coletiva para defesa de interesses individuais homogêneos.....	1409
6.3.1.	Objeto e distinção em face da ação civil pública	1409
6.3.1.1.	A “ação civil pública” para ressarcimento de investidores (Lei 7.913/89)	1411
6.3.1.2.	A condenação genérica (art. 95).....	1412
6.3.1.3.	A alternativa da condenação na obrigação de creditar ou abater em conta (obrigação de fazer) ...	1413
6.3.2.	Procedimento e disposições processuais especiais	1414
6.3.2.1.	A publicação de edital	1414
6.3.2.2.	A possibilidade de intervenção de indivíduos na ação	1414
6.3.2.3.	O prazo prescricional, o rito e as fases de liquidação e execução	1415
6.3.2.4.	O ressarcimento fluido (art. 100)	1417
6.3.2.5.	A coisa julgada <i>in utilibus</i>	1418
6.3.3.	A elaboração da inicial: peculiaridades e cuidados	1419
6.4.	A ação de responsabilização por ato de improbidade administrativa..	1420
6.4.1.	Objeto, destinatários e natureza civil da ação	1420
6.4.2.	A legitimidade do MPF para a ação principal e a cautelar de sequestro de bens	1422
6.4.3.	Os atos de improbidade administrativa e as sanções previstas em lei	1423
6.4.3.1.	Cumulação e proporcionalidade na aplicação das sanções	1424
6.4.4.	A indisponibilidade de bens	1426

6.4.5.	Procedimento: as peculiaridades do art. 17, LIA	1428
6.4.6.	Acordos no âmbito da improbidade administrativa: possibilidade, parâmetros, instrumentos, homologação e efeitos	1429
6.4.6.1.	Da possibilidade: nova redação do art. 17, §1º, LIA e Res. CNMP n. 179	1429
6.4.6.2.	Parâmetros normativos do acordo de não persecução cível (art. 17, §1º, LIA) e dos demais acordos no âmbito da improbidade administrativa....	1432
6.4.6.3.	Instrumento formalizador do acordo: acordo de leniência, TAC ou acordo de não persecução cível?	1436
6.4.6.4.	A necessidade de homologação pelo órgão superior ou pelo juízo	1443
6.4.6.5.	Efeitos processuais do acordo em face do colegitimado que não o celebrou	1444
6.4.7.	A prescrição do direito de ação	1451
6.4.8.	A efetivação das condenações por atos de improbidade administrativa.....	1452
6.4.9.	A elaboração da inicial: peculiaridades e cuidados	1454
6.5.	Visão geral da definição da estratégia e estruturação da petição inicial das ações analisadas	1455
6.6.	O incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).....	1457
6.6.1.	Visão geral do instrumento, natureza jurídica e sua inserção na atuação do Ministério Público em tutela coletiva	1457
6.6.2.	Legitimidade, capacidade postulatória e a repartição de atribuições.....	1459
6.6.2.1.	Procurador da República pode suscitar IRDR?	1459
6.6.2.2.	A escolha do processo-modelo e atuação institucional concertada em defesa dos interesses individuais homogêneos envolvidos	1462
6.6.3.	Pressupostos para instauração do IRDR	1463
6.7.	Modelo de peça	1465
6.7.1.	Inicial de ação civil pública.....	1465
7.	QUESTÕES DE CONCURSOS	1479
CAPÍTULO V – A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL COMO INTERVENIENTE.....		1489
1.	DA ANÁLISE PRÉVIA À INTERVENÇÃO E DA VISÃO INSTRUMENTAL DA ATUAÇÃO COMO INTERVENIENTE.....	1489
1.1.	Da verificação do cabimento e identificação do interesse motivador da intervenção	1489

1.2.	Da análise nas ações coletivas	1490
1.3.	Da análise no mandado de segurança e nas causas cuja intervenção se funda no art. 178, I, CPC	1490
1.4.	Da análise nas causas que envolvam incapazes	1490
2.	DISCIPLINA PROCESSUAL DA INTERVENÇÃO	1493
2.1.	O momento da intervenção: após as partes (art. 179, I)	1493
2.2.	Os impedimentos e as suspeições.....	1494
2.2.1.	Os impedimentos e a inaplicabilidade da vedação para atuação em diferentes instâncias	1494
2.2.2.	As suspeições	1497
3.	OS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS PROCESSUAIS	1498
3.1.	O parecer	1498
3.1.1.	Natureza e finalidade do parecer à luz dos interesses que justificam a intervenção	1498
3.1.2.	Elaboração e estrutura do parecer	1500
3.1.2.1.	Do preâmbulo e da ementa.....	1500
3.1.2.2.	Do relatório	1501
3.1.2.3.	Da fundamentação	1501
3.1.2.4.	Da conclusão	1503
3.1.3.	A pessoa do discurso	1503
3.2.	A promoção.....	1504
3.2.1.	Natureza e finalidade da promoção.....	1504
3.2.2.	Estrutura da promoção.....	1505
3.3.	Os recursos	1506
3.3.1.	A disciplina geral recursal perante a Justiça Federal: ampla legitimidade, prazos em dobro e recursos disponíveis	1506
3.3.2.	A disciplina recursal nos Juizados Especiais	1506
4.	PASSO A PASSO DA ATUAÇÃO COMO INTERVENIENTE	1509
5.	MODELOS DE PEÇAS.....	1510
5.1.	Parecer em mandado de segurança com análise de mérito	1510
5.2.	Parecer em mandado de segurança sem análise de mérito.....	1514
5.3.	Parecer em causa envolvendo incapaz sem análise de mérito e com análise da regularidade da representação processual.....	1516
5.4.	Promoção para regularização da representação do incapaz.....	1517
6.	QUESTÕES DE CONCURSOS	1520
	BIBLIOGRAFIA	1525